

GLOBALIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Carga horária:45h – 3 créditos

Básica

Ementa

Primeira parte.

As metamorfoses sócio-econômicas e seus reflexos sobre o direito internacional e o direito interno dos povos.

1. Globalização, globalismo, neoliberalismo e capital financeiro. Globalização e as consequências Humanas. 2. Economia global e exclusão social. Globalização, como dar certo. Por uma outra Globalização.

Segunda parte

Da aplicabilidade da principiologia constitucional no direito privado.

3. A sociedade em rede e a sociedade da informatização. O surgimento de um direito da sociedade da informação. O futuro do Direito e do Estado.

4. A erradicação da pobreza

O combate à pobreza no direito contemporâneo. O super-endividamento e a economia globalizada. Redistribuição de renda, redimensionamento da propriedade e dos contratos. Liberdade de associação e de constituição de empresas. Limites ao exercício do poder econômico.

5. A constitucionalização do direito civil e do direito empresarial na sociedade pós-industrial. A influência da globalização sobre o processo constitucional ocidental. A valorização da pessoa e seus direitos e garantias fundamentais. A adoção de principiologias constitucionais sobre o direito infraconstitucional. Previsão constitucional de princípios de direito infraconstitucional. Importância da interpretação harmônica dos princípios constitucionais aplicáveis ao direito privado.

6. A dignidade da pessoa e a tutela dos direitos da personalidade.

Liberdade negativa e liberdade positiva. Direito e garantias fundamentais individuais e transindividuais. Dignidade de vida e vida digna. Preservação do ser físico e valorização do ser ético. Proteção bio-psíquica como liberdade pública e como direito personalíssimo. Pretensão de universalização da tutela à dignidade do ser humano.

7. A dignidade da pessoa e a proteção do nascituro, da criança, do adolescente, dos deficientes e do idoso. Proteção constitucional e infraconstitucional do nascituro. O nascituro perante o Código Civil. Proteção constitucional e infraconstitucional da criança e do adolescente. Proteção constitucional e infraconstitucional dos deficientes. Proteção constitucional e infraconstitucional do idoso.

8. Função social da família.

A família e sua repersonalização: do direito antigo ao direito moderno. Efeitos da revolução industrial sobre as relações familiares. Efeitos da revolução informacional sobre as relações familiares. A exposição da família perante a sociedade e a quebra da intimidade absoluta. A repersonalização da família e sua função social. O surgimento de novas entidades e arranjos familiares.

9. Responsabilidade Civil

A ineficiência da teoria subjetiva frente à revolução industrial e da informação. Teorias intermédias da responsabilidade: presunção de culpa, obrigação de meio e de resultado, obrigação de garantia, obrigação de segurança, abuso de direito e culpa objetiva. Da teoria

do risco e suas sub-teorias. Uma nova responsabilidade civil: terceira via pela simples existência de dano?

10. Direito à informação e dever de informar como garantia constitucional.

Limites dados pelo dever de sigilo. Informação solidária e facilitação ao seu acesso. Propaganda e publicidade nos meios de comunicação de massa. Proteção do consumidor perante a publicidade enganosa e abusiva. Responsabilidade dos meios de comunicação: rádio, televisão, anúncios por outros meios e internet. Globalização e universalização excludente da comunicação.

11. Função social da propriedade.

Reforma agrária e urbana. Da propriedade individual e coletiva à função social dos bens móveis e imóveis. Da redistribuição dos bens destinados à moradia, subsistência bio-psíquica e preservação dos direitos personalíssimos. Perspectivas civis-constitucionais.

12. Função social do contrato e da empresa.

Da liberdade plena de contratação à autonomia da vontade limitada. O consensualismo responsável e os efeitos do contrato perante terceiros determinados e indeterminados. Da revisão judicial dos contratos e busca da igualdade contratual real. Da solidariedade contratual como dever correlato. Função Social da Empresa.

13. Direito das sucessões.

Destinação da herança jacente. O novo direito sucessório e suas incongruências perante a principiologia constitucional. A desigualdade de tratamento ao cônjuge supérstite e ao convivente. A destinação da herança jacente e sua função social.

14. Globalização, Liberdade, e conhecimento nos meios eletrônicos.

Liberdade na rede. Autoridade para regulamentação. Formas autônomas de regulamentação. O paradoxo do solvente universal. Liberdades públicas no espaço cibernético. Liberdade de pensamento e censura na rede. Lei Geral de Proteção de Dados.

Bibliografia

Básica

Primeira Parte

BAUMAN, Zygmunt. Globalização e as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. O que é globalização: equívocos do globalismo e respostas à globalização, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed. Vol 1, 2010.

DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2ª ed. S. Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernización reflexive: política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid: Alianza, 2001.

LÈVY, Pierre. LEMOS, André. O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulos. 2010.

LISBOA, Roberto Senise. Direito na Sociedade da Informação. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 95, v. 847, p. 85, 2006.

NUNES, José António Avelãs. A crise atual do Capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. – (Coleção direito europeu; vol. 3).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. Globalização: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Segunda Parte

ASCENSÃO, José de Oliveira, e outros. Direito da sociedade da informação, 6 volumes. Coimbra : Coimbra Editora, 1999, 2001 e 2002.

DINIZ, Maria Helena, e SENISE LISBOA, Roberto (coords.). O direito civil no século XXI, São Paulo : Saraiva, 2003.

FRAZÃO, Ana. Função social da empresa. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 6ª . ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SENISE LISBOA, Roberto. Confiança contratual. São Paulo, Atlas, 2012.

SENISE LISBOA, Roberto. Contratos difusos e coletivos: a função social do contrato. 4a edição. São Paulo : Saraiva, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVEIRA RAMOS, Carmen Lúcia, e outros (coords.). Diálogos sobre o direito civil: construindo uma racionalidade contemporânea. Rio de Janeiro : Renovar, 2002.

TEPEDINO, Gustavo (coord.). Problemas do Direito Civil-Constitucional. Rio de Janeiro : Renovar, 2000.

Complementar

BAUMAN, Zygmund. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BITTAR, Carlos Alberto. O direito civil na Constituição de 1988. São Paulo : RT, 1990.

COSTA, Judith Martins (coord.). A reconstrução do direito privado. São Paulo : RT, 2002.

DAOUN, Alexandre Jean (Coord.). Direito e internet. Aspectos jurídicos relevantes. São Paulo:Edipro, 2000

DE LUCCA, Newton, e SIMÃO FILHO, Adalberto. Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. 2a edição. São Paulo : Quartier Latin, 2005.

DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação: revendo o mito do progresso. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2001, n.18, pp.117-122.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000300011> .

FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro : Renovar, 2000.

FACHIN, Luiz Edson (coord.). Repensando fundamentos do Direito Civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro : Renovar, 2000.

- FACHIN, Luiz Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro : Renovar, 2001.
- FARIAS, José Fernando de Castro. A origem do direito de solidariedade. Rio de Janeiro : Renovar, 1998.
- FLOREZ-VALDÉS, Joaquín Arce y. El derecho civil constitucional. Madrid, Civitas, 1991.
- GLOSSBRENNER, Alfred & Emily. Internet. Tradução Roberto R. Tavares. Excel Books, 1994.
- GUICHARD, Raúl. Da relevância jurídica do conhecimento no direito civil. Porto : Universidade Católica Portuguesa, 1996.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP. 1991.
- GUTIÉRREZ, Graciela N. Messina de Estrella. La responsabilidad civil en la era tecnológica: Tendencias y prospectiva. Buenos Aires : Abeledo-Perrot, 1997.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3 ed. São Paulo: 2010.
- LORENZETTI, Ricardo. Comércio eletrônico. São Paulo : RT, 2004.
- MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. Da boa-fé no direito civil. Coimbra : Almedina, 1984.
- MENGER, Anton. El derecho civil y los pobres. Buenos Aires : Atalaya, 1947.
- NUNES, Antonio José Avelãs. Neoliberalismo e os Direitos Humanos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- PAESANI, Liliana Minardi. Direito e internet. São Paulo: Atlas, 2000.
- PÉREZ LUNO, Antonio Enrique. Nuevas tecnologías y Derechos Humanos. Valencia: Tirant lo blanch, 2014
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: estudo comparativo dos sistemas interamericano, europeu e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SCHAFF, Adam. A sociedade informática. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras: 2010.
- STEINMETZ, Wilson. A vinculação dos particulares a direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2004.
- TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Org. Tadao Takahashi. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TEPEDINO, Gustavo (coord.). A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro : Renovar, 1999.